



24 DE JANEIRO DE 2017

Terça-feira

- ENTENDA O PROJETO QUE PROMETE MUDAR A CARA DE PONTAL DO PARANÁ
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 3,1 PONTOS EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, REVELA FGV
- ARTIGO: CORTE DOS JUROS FOI MAIS CONSERVADOR DO QUE EXIGE A REALIDADE BRASILEIRA
- PARANÁ TEM 43,5 MIL EMPRESAS COM RISCO DE SAIR DO SIMPLES
- REAJUSTES SALARIAIS DEVEM VOLTAR A GANHAR DA INFLAÇÃO NESTE ANO
- REGRAS MAIS RIGOROSAS NO SEGURO-DESEMPREGO GERAM ECONOMIA DE R\$ 3,8 BI
- NOVO CENÁRIO DE JUROS ABRE ESPAÇO PARA INVESTIMENTOS MAIS ARRISCADOS
- AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO ALTERA VALORES DE CONTRIBUIÇÃO PARA O INSS
- DEMANDA DE EMPRESAS POR CRÉDITO NO BRASIL EM 2016 TEM PIOR RESULTADO EM 4 ANOS, DIZ SERASA EXPERIAN
- SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL NA 3ª SEMANA DE JANEIRO É DE US\$ 1,058 BILHÃO
- VENDA DA LINHA BRANCA CAI PELO QUARTO ANO SEGUIDO
- FMI: DESEMPREGO E ENDIVIDAMENTO DEVEM CONTINUAR INTERFERINDO NA DEMANDA DO PAÍS
- DESEMPREGO ATUAL REDUZ PRODUTIVIDADE, DIZ CREDIT SUISSE
- DESEMPREGO AMPLIADO NO BRASIL É DE 21,2%, QUASE O DOBRO DA TAXA OFICIAL
- VENDA DE MATERIAIS CAI 11,5% EM 2016
- ANALISTAS JÁ VEEM CHANCE DE IPCA NA META
- CONFIANÇA DO INDUSTRIAL GAÚCHO SOBE EM JANEIRO
- MATRIZ ENERGÉTICA PODE TRANSFORMAR ECONOMIA DA REGIÃO
- TRUMP É A MAIOR PREOCUPAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA HOJE
- TRUMP PROMETE BAIXAR IMPOSTOS ÀS MONTADORAS

- **AUTOMAÇÃO ELEVARÁ PRODUTIVIDADE SEM GERAR DESEMPREGO EM MASSA**
- **VOLKSWAGEN TRARÁ ALEXA, DA AMAZON, PARA DENTRO DO CARRO**
- **ALSTOM INVESTE € 14 MILHÕES EM STARTUP DE VEÍCULO AUTÔNOMO**
- **HONDA FAZ RECALL DE MAIS DE 34 MIL VEÍCULOS NO BRASIL**
- **VENDAS GLOBAIS DE CARROS ALCANÇAM RECORDE EM 2016**
- **NEW HOLLAND TESTA TRATOR A BIOMETANO NO BRASIL**
- **OCIOSIDADE BATE RECORDE NAS AUTOPEÇAS**
- **MONTADORAS PROJETAM CARROS QUE PODEM SER USADOS NA HORA DE FAZER PAGAMENTOS**
- **NOVO NÍVEL DE JURO DEVE REDUZIR CUSTO DE ENDIVIDAMENTO**
- **EVASÃO FISCAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS CHEGA A 27% DO TOTAL ARRECADADO**
- **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO LANÇA EDITAIS PARA FEDERAÇÕES MONTAREM PLANO DE AÇÃO DE 2017**
- **MINISTRO DO TRABALHO CRIA GRUPO DE ESTUDO SOBRE MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**

| CÂMBIO EM 24/01/2017 | | |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,162 | 3,163 |
| Euro | 3,402 | 3,404 |

Fonte: BACEN

Entenda o projeto que promete mudar a cara de Pontal do Paraná

24/01/2017 – Gazeta do Povo

Governo prevê a construção de uma Faixa de Infraestrutura na região, com uma nova rodovia, para desafogar a PR-412 e para ligar a PR-407 à zona portuária

A audiência pública realizada na segunda-feira (23) sobre a construção de uma Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, no litoral do estado, trouxe à tona a discussão do projeto que promete mudar a cara da região.

A proposta prevê a construção de uma nova rodovia para desafogar a PR-412 e para ligar a PR-407 à zona portuária. Mas o projeto ainda está em fase de debate e depende de licenças ambientais e de financiamento para sair do papel, o que não deve acontecer tão cedo.

A ideia de construir uma nova rodovia em Pontal do Paraná é um desejo antigo do estado. A proposta passou por uma série de modificações até chegar na Faixa de Infraestrutura, projeto que ganhou corpo na gestão do governador Beto Richa (PSDB).

A Faixa de Infraestrutura seria um espaço construído em paralelo à PR-412, a dois quilômetros de distância no sentido Mata Atlântica. O espaço começaria na PR-407, próximo à Praia de Leste, e iria até Ponta do Poço, no balneário de Pontal do Sul, onde está localizada a zona portuária de Pontal do Paraná. Seriam 19 quilômetros de extensão e 175 metros de largura.

Pontal do Paraná, em números

Com uma população de quase 25 mil habitantes, Pontal do Paraná tem PIB de R\$ 358 milhões e o setor de serviço como a principal atividade arrecadadora de impostos.

A faixa contaria com uma rodovia com pista dupla, sendo duas faixas por sentido, separadas por canteiro central e acostamentos. Essa rodovia teria quatro ligações para a PR-412, que dá acesso às praias do balneário da região.

Além da rodovia, a faixa contaria ainda com um canal de macrodrenagem, espaço para construção de uma nova ferrovia e melhorias nas linhas de transmissão de energia elétrica, saneamento e gasoduto.

O projeto levado para discussão em audiência pública prevê a construção, apenas, da rodovia e do canal de dragagem. O tempo necessário para fazer a obra seria de 24 meses e o custo é avaliado em R\$ 369 milhões, incluindo o valor para desapropriações.

As demais estruturas (ferrovia, linha de transmissão de energia e tubulações de água e esgoto) terão seu lugar reservado durante as obras, mas só serão construídas se houver necessidade. Para isso, terá que haver financiamento à parte.

A primeira audiência pública foi realizada na segunda-feira (23) e nela foi apresentado o Relatório e o Estudo de Impacto Ambiental. O projeto ainda pode sofrer mudanças e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) vai analisar os documentos apresentados pelo governo para ver se pede estudos complementares.

Só depois é que o órgão ambiental vai decidir se concede o licenciamento ambiental, dividido em três etapas. A primeira seria a licença ambiental prévia, uma espécie de autorização do projeto. Depois, seria necessária a expedição da licença de instalação para início das obras e, por último, licença de operação.

José Richa Filho, secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, afirma que a licença prévia não deve sair antes de dez meses. Nesse período, o governo ainda precisa definir como fará o financiamento da obra, caso ela seja autorizada. O caminho em estudo, segundo o secretário, seria parceria público-privada e a construção de uma pista simples na nova rodovia, para depois duplicá-la.

Projeto quer tornar Pontal do Paraná zona portuária

Com projeto de infraestrutura para Pontal do Paraná, o governo quer tornar a região do litoral paranaense uma zona portuária. A faixa de infraestrutura ligaria até a Ponta do Poço, onde está a zona portuária da região.

O local conta apenas com a Techint operando e é esperada a construção do Terminal Portuário Porto Pontal, além de outros empreendimentos portuários privados.

“Vamos desenvolver a vocação natural da cidade com a zona portuária”, afirma José Richa Filho, secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná. O secretário também destaca que o município de Pontal vive uma “situação deprimida”, com uma série de

dificuldades porque tem somente a PR-412 como principal via, misturando diversos tipos de tráfego em um só local.

A proposta de transformar Pontal em uma região portuária é vista com bons olhos pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná. Segundo seu presidente, Gilberto Espinosa, com as obras o município "sairia de uma situação de penúria para uma situação de destaque portuário e turístico".

Ele destaca o crescimento da arrecadação municipal com a possível instalação de terminais portuários na região e a valorização do mercado imobiliário.

Também crê que o projeto geraria empregos, principalmente fora da temporada, única época em que a região recebe turistas e movimentada o comércio. "O que precisaríamos é criar um observatório social para ver se o que seria arrecadado seria revertido em benefício para o município", diz Espinosa.

Ricardo Bueno Salcedo, diretor do Terminal Portuário Porto Pontal, afirma que sem a construção da nova estrada não há condições de o terminal operar. A empresa responsável pelo empreendimento, a JCR Participações, doou ao governo o projeto de engenharia da faixa de infraestrutura realizado há cerca de três anos.

Para ambientalistas, projeto traz riscos ao meio ambiente

A principal polêmica em torno do projeto está no seu impacto ambiental e nos efetivos ganhos para a população.

Em artigo publicado na Gazeta do Povo, a coordenadora executiva do Observatório de Conservação Costeira do Paraná (OC2), Dailey Fischer, e o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Junior Ruiz Garcia, afirmam que o projeto é um cavalo de troia para Pontal do Paraná.

Eles defendem que o projeto visa atender interesses da indústria portuária e que a construção de uma nova rodovia com tráfego intenso de caminhões traria poluição química e degradação ambiental.

Outra preocupação apontada por ambientalistas consultados pela reportagem é que as obras causem supressão de mata nativa, com prejuízos para a biodiversidade do estado. Além disso, poderia afetar a região de mangue e os mananciais, o que traria prejuízos para toda a população.

Jorge Augusto Callado, presidente do Conselho Regional de Biologia, afirma que é preciso desenvolver o projeto dentro dos parâmetros ambientais seguros para se preservar a região.

Ele também condiciona a aprovação do projeto à adoção de medidas compensatórias e mitigatórias para diminuir os prejuízos causados pela construção e desenvolvimento da zona portuária.

O professor do departamento de infraestrutura da UFPR, Eduardo Ratton, lembra que o projeto terá que passar por valoração, ou seja, terá que ser colocado na balança os pontos positivos e os negativos para estabelecer se ele tem condições de ser aprovado ou não. Caso os pontos positivos sejam maiores que os negativos, seriam criadas medidas mitigatórias para compensar os danos ambientais.

O secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, José Richa Filho, afirma que a faixa de infraestrutura vai melhorar o zoneamento da cidade, estabelecendo, em conjunto com o Plano de Diretor, as áreas que seriam de preservação e quais poderiam ser ocupadas. Ele também afirma que a atividade portuária não vai prejudicar o turismo da região.

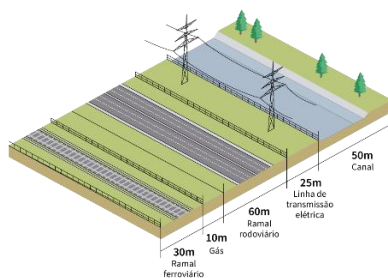
Obras em Pontal do Paraná

Projeto do governo do Paraná prevê a construção de uma faixa de infraestrutura em Pontal do Paraná para desafogar a PR-412 e para ligar a PR-407 à Ponta do Poço, no balneário de Pontal do Sul, onde estará localizada a Zona Especial Portuária.

As principais obras seriam a construção da nova rodovia, a dois quilômetros da PR-412, e o canal de dragagem. O projeto, porém, passou pela sua primeira audiência pública ontem (23) e depende de estudos complementares e licenças ambientais para sair do papel.



Estrutura



Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Logística. Infografia: Gazeta do Povo.

Confiança da indústria sobe 3,1 pontos em janeiro ante dezembro, revela FGV

24/01/2017 – R7

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de janeiro ficou em 87,8 pontos, o que significa avanço de 3,1 pontos em relação ao resultado final de dezembro. Se confirmado, o índice retorna ao patamar de setembro passado, revertendo as perdas do último trimestre do ano, observou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta terça-feira, 24.

A prévia do indicador de janeiro aponta melhora tanto das perspectivas para os meses seguintes quanto das avaliações sobre a situação atual. O Índice de Expectativas (IE) cresceu 3,4 pontos, para 89,7 pontos, e o Índice da Situação Atual (ISA) aumentou 2,9 pontos, para 86,1 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da indústria cresceu 0,9 ponto percentual na prévia de janeiro ante o resultado final de dezembro, passando do piso histórico de 72,9% para 73,8% no período.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 785 empresas entre os dias 2 e 19 deste mês. O resultado final da pesquisa para janeiro será divulgado no próximo dia 31.

Artigo: Corte dos juros foi mais conservador do que exige a realidade brasileira

24/01/2017 – Folha de S. Paulo

Alan Marques/Folhapress



O presidente do BC, Ilan Goldfajn, comanda reunião do Copom

O Banco Central tomou coragem e surpreendeu o mercado, coisa que não fazia havia muitos anos.

Foi mais arrojado do que esperavam os economistas formadores de opinião do setor financeiro, mas muito mais conservador do que está a exigir a realidade da economia brasileira.

A redução de 0,75 ponto percentual na Selic ainda mantém a taxa básica brasileira no nível absurdo de 13% ao ano.

Para início de conversa, vamos deixar claro que o juro básico precisa, urgentemente, baixar mais. Até 10%, no caso brasileiro atual, qualquer barbeiro conduz a política monetária. A partir daí, exige-se perícia. Então, 10% já!

Não dá para ficar postergando medidas de combate à recessão nem na área monetária nem na fiscal. A realidade brasileira mostra um desastre econômico rondando sobre nossas cabeças feito moscas repulsivas.

O PIB deve ter caído 3,5% no ano passado –só vamos saber a taxa exata em março–, repetindo a performance negativa de 2015.

Os analistas mais otimistas, que há pouco tempo previam crescimento de 1,5% em 2017, agora reduziram suas estimativas para 1%. Os pessimistas esperam crescimento próximo de zero.

Sim, o Brasil tem um grave problema fiscal, gasta mais do que arrecada. A dívida pública bruta se aproxima de 80% do PIB e, se nada fosse feito, caminharia para 90% ou mais, um nível muito alto.

A criação de um teto para o crescimento dos gastos públicos, portanto, foi correta e bem-vinda. Mas não se pode esperar dessa medida poderes sobrenaturais –são apenas constitucionais, podem conter o aumento do endividamento público, mas não têm cacife para promover a volta do crescimento da economia.

Aliás, a contenção de gastos que se dará em consequência da criação do teto, infelizmente, tende a reduzir ainda mais o investimento público, fundamental para a retomada.

Durante o "milagre brasileiro" dos anos 1970, sob o regime militar, uma das críticas mais recorrentes dos economistas da oposição era que, apesar dos altos níveis de expansão do PIB, a renda criada não estava sendo distribuída de forma igualitária.

Para contestar esse argumento, os economistas governistas diziam que era preciso esperar o bolo crescer para depois distribuí-lo. Na verdade, as duas coisas poderiam ter sido feitas concomitantemente.

Vivemos um impasse semelhante. Há um foco quase único na contenção fiscal, esperando-se para adotar mais tarde, quando o ajuste estiver consolidado, providências para restaurar o crescimento.

Enquanto isso, o desemprego vai aumentando, já atinge mais de 12 milhões de pessoas e deve chegar a 14 milhões até o fim do ano.

Algumas medidas de estímulo à economia já foram anunciadas. São boas-novas, mas ainda tímidas e limitadas.

Existe uma coisa elementar nessa discussão: a principal forma de combater a recessão é destravar investimentos em infraestrutura e, grife-se, investimentos públicos.

Ah, mas o governo não tem dinheiro! Tem sim. Pode economizar dezenas de bilhões de reais com a queda dos juros e precisa ter coragem para cortar gastos correntes e privilegiar investimentos.

Também não faz sentido, por exemplo, bancos públicos ficarem sentados em cima de recursos que poderiam financiar obras de que o país tanto precisa para melhorar sua infraestrutura e, ao mesmo tempo, abrir milhares de empregos.

Exposto a essa enorme crise, o setor privado faz sua parte: tenta sobreviver. (Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Paraná tem 43,5 mil empresas com risco de sair do Simples

24/01/2017 – GS Notícias

Paraná tem 43,5 mil empresas com risco de sair do Simples



A empresa que estiver em dívida com a Receita Federal fica impossibilitada de retirar certidões negativas e não consegue contrair empréstimos bancários

Cerca de 43,5 mil micros e pequenas empresas paranaenses correm o risco de serem excluídas do Simples Nacional. Segundo dados do Sebrae, das 704.349 empresas optantes da modalidade no Estado, 43.570 estavam em débito com a Receita Federal em maio de 2016. No Brasil, são cerca de 250 mil empresas com dívidas com o fisco.

Os pequenos negócios têm prazo até 31 de janeiro para aderirem ao parcelamento especial e solicitar a reinclusão no Simples Nacional. De acordo com o auditor fiscal da Receita Federal de Londrina Mário Sononura, a empresa que tinha débito com a Receita até maio de 2016 e não recebeu o ato declaratório de que seria excluída do Simples por falta de pagamento pode parcelar a dívida em até 120 vezes, com prestação mínima de R\$ 300.

Quem recebeu o ato declaratório e fez a adesão prévia no parcelamento especial tem até 31 de março para regularizar a situação com a Receita Federal. As empresas com

débitos posteriores a maio podem renegociar em até 60 vezes, também com parcela mínima de R\$ 300. "A nossa orientação é que se faça primeiro o parcelamento especial e depois o outro, para evitar que o sistema da Receita anule a operação", explica Sononura.

Ficar em dívida com a Receita Federal complica o cotidiano da empresa. Ela fica impossibilitada de retirar certidões negativas. "Sem essas certidões a empresa não consegue empréstimo bancário, não consegue participar de licitações e fica com restrições no INSS", esclarece Liciano Pedrosa, consultora do Sebrae de Londrina.

Vantagens

Podem participar do Simples empresas com faturamento anual de no máximo R\$ 3,6 milhões. A modalidade traz vantagens tributárias ao micro e pequeno empresário.

Todos os impostos são condensados em uma única guia. "Em um comércio, por exemplo, com um faturamento de R\$ 360 mil, o imposto será de 6% a 8%; em outro regime pode chegar a 16%", compara Liciano.

Segundo o contador Rodolfo Zanluchi, diretor financeiro da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), a redução do faturamento das empresas está fazendo com que os empresários não paguem os impostos.

"O fluxo de caixa para honrar os compromissos está comprometido. E deixar de pagar os tributos é a forma mais rápida dele se capitalizar e pagar os fornecedores e funcionários", comenta Zanluchi.

A renegociação, na opinião do contador, é interessante, mas é preciso ter cuidado para não virar um círculo vicioso. "O empresário que faz a renegociação tem a parcela da dívida e o imposto do mês. É um círculo vicioso e pode ocorrer dele ter várias parcelas e não conseguir honrar os pagamentos", adverte.

Zanluchi acredita que só com a retomada do crescimento da economia esse círculo será quebrado. Mas alerta que sair do Simples Nacional pode fazer a carga tributária triplicar. "Pode ser o tiro de misericórdia."

Ele aconselha que este é o momento do empresário se reinventar. "Ele precisa buscar alternativas para reduzir custos e melhorar o seu faturamento. É importante que ele consiga pagar seus impostos, mas essa não tem sido a prioridade", avalia o diretor financeiro.

Reajustes salariais devem voltar a ganhar da inflação neste ano

24/01/2017 – Folha de S. Paulo



Depois de dois anos no negativo, os reajustes salariais deverão voltar a levar vantagem sobre a inflação em 2017, preveem economistas. Isso poderá ajudar a reativar o consumo das famílias na segunda metade do ano.

A desaceleração da inflação e a recuperação da atividade econômica, prevista para meados de 2017, devem turbinar movimento que começou no segundo semestre de 2016.

Segundo o Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica), o número de categorias que amargaram aumentos abaixo da inflação no ano passado, que chegou ao pico em janeiro, recuou nos últimos meses.

No início de 2016, 7 em cada 10 categorias tiveram reajustes abaixo da inflação. Em novembro, eram apenas 3 em cada 10 categorias as que não tinham aumentos reais (acima da inflação).

É a desaceleração dos preços a responsável por essa melhora gradual nos rendimentos reais (acima da inflação), na avaliação de Hélio Zylberztajn, coordenador da pesquisa da Fipe.

O pior momento para os salários ocorreu no primeiro semestre de 2016, dois anos após o início da recessão, em 2014. Entre abril e junho do ano passado, o rendimento médio real monitorado pelo IBGE recuou 4,2% ante o mesmo período do ano anterior.

Os salários foram impactados tardiamente pela recessão, entre outros fatores, devido à alta da inflação, que entre janeiro de 2014 e janeiro de 2016 subiu de 5% para 11%. Zylberztajn lembra ainda que os salários não caem no país na mesma proporção da perda de PIB, o que faz com que a válvula de escape seja o desemprego. "Não raro o empresário dá aumento salarial e depois demite".

O coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre, lembra que até junho de 2015, a maior parte dos acordos terminava com ganhos acima da inflação, mesmo com a recessão. Só depois disso os reajustes passaram a incorporar apenas a inflação ou menos. O resultado coincide com o período de maior alta inflacionária.

"Quanto maior a taxa de inflação, menor tende a ser o ganho para o trabalhador", resume Silvestre.

O Dieese também monitora reajustes. Segundo ele, a tendência (os números não estão fechados) é que 2016 tenha sido pior que 2015.

Bruno Ottoni, da FGV, estima que a queda média nos rendimentos salariais no ano passado tenha sido de 2,8% após um recuo de 0,3% em 2015. Os dados oficiais do IBGE serão divulgados na próxima semana. Para 2017, ele espera uma leve melhora, de 0,2%, muito distante dos aumentos de antes da recessão.

"Esperamos um crescimento gradativo da renda neste ano, na esteira da recuperação econômica", diz.

Com a recuperação dos reajustes e a volta dos empregos (também prevista para ocorrer a partir do segundo semestre), a estimativa é que a massa salarial, importante termômetro de consumo, saia do terreno negativo onde estacionou nos dois últimos anos.

No último trimestre de 2017, ele estima que a massa salarial esteja crescendo a um ritmo de 3,1%.

"Só quando o desemprego parar de subir e os salários se recuperarem as famílias vão voltar a consumir", afirma José Márcio Camargo, sócio da gestora de investimentos Opus. Para ele, a taxa de desemprego estabiliza entre o segundo e terceiro trimestres e passa a cair no fim do ano.

Regras mais rigorosas no seguro-desemprego geram economia de R\$ 3,8 bi

24/01/2017 – Gazeta do Povo

Alterações foram feitas ainda no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)



Roberto Custódio/Jornal de Londrina;/Arquivo

As normas mais rigorosas do seguro-desemprego geraram uma economia de R\$ 3,8 bilhões no ano passado, informou nesta segunda-feira (23) o Ministério do Trabalho.

Segundo o órgão, em 2015 e 2016, 14,6 milhões de pessoas solicitaram o seguro-desemprego. Se estivessem em vigor as regras anteriores, o número seria de 15,7 milhões, segundo estimativas da pasta. Ou seja, com a mudança nas exigências mais de um milhão de trabalhadores (1.135.444) ficaram sem o benefício.

Foram desembolsados R\$ 70,4 bilhões nesses dois últimos anos. O gasto teria sido de R\$ 74,3 bilhões caso não tivessem ocorrido as alterações.

Antes de 2015, uma pessoa demitida podia pedir o seguro-desemprego pela primeira vez se tivesse, pelo menos, seis meses de trabalho formal antes da demissão. Com a alteração, feita no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o tempo mínimo de trabalho subiu para 12 meses trabalhados no último ano e meio. Para o segundo pedido, são necessários nove meses de trabalho nos últimos 12 meses anteriores à dispensa. Nas demais solicitações, a carência é de seis meses de trabalho.

Somente em 2016, os pagamentos do seguro-desemprego totalizaram R\$ 36,7 bilhões. De acordo com o ministério, 93,4% dos trabalhadores que pediram o benefício foram contemplados.

O seguro foi pago a mais de 7 milhões de trabalhadores com carteira assinada, quase 138 mil empregados domésticos e 558 mil pescadores artesanais. Além disso, 740 pessoas retiradas de situação de trabalho forçado ou análoga à de escravo também tiveram direito ao benefício.

Novo cenário de juros abre espaço para investimentos mais arriscados

24/01/2017 – Gazeta do Povo

Renda fixa, adorada por brasileiros, perde atratividade, alertam analistas. É hora de diversificar



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) surpreendeu grande parte dos economistas este mês com um corte de juros maior que o esperado. A súbita redução da taxa básica Selic em 0,75 ponto, para 13%, fez com que todos os analistas voltassem às suas calculadoras.

A conclusão foi unânime: os juros vão cair mais rapidamente do que se imaginava. Alguns analistas projetam uma Selic a 9% no fim do ano. Para especialistas em investimento, isso significa que acabou o conforto do rendimento de 1% ao mês sem riscos, tão caro aos brasileiros adictos da renda fixa.

Enquanto as boas oportunidades em títulos públicos estão ficando escassas, os analistas afirmam que é chegada a hora de avaliar outros tipos de aplicação.

“Se o BC continuar mais agressivo na redução dos juros, aquela parcela do investimento tão concentrada na renda fixa pode começar a ser reduzida. Embora a rentabilidade desse segmento continue relativamente alta, ela perde atratividade, e o investidor deve olhar outras possibilidades”, explica Sandra Blanco, consultora da plataforma de investimentos Órama.

Antes da recente guinada do BC rumo a juros mais frouxos, Sandra recomendava que até 70% do patrimônio do aplicador estivessem investidos em renda fixa. Agora, ela vê esse limite em, no máximo, 50%. Sua recomendação é que a metade restante esteja dividida entre fundos que aplicam em ações (20%) e fundos do tipo multimercados (30%), que podem investir em qualquer tipo de aplicação.

“Os fundos multimercados navegam bem por esse tipo cenário. Contam com especialistas dedicados a explorar as mudanças na curva de juros”, diz Sandra.

“Diversificar a carteira com fundos de ações e multimercados entregará maior rentabilidade. Mas muita coisa ainda precisa acontecer. Esse cenário se confirma completamente apenas se o BC baixar bastante os juros, se o governo conseguir implementar as reformas e se o mercado externo não trazer surpresas ruins”, acrescenta.

Aposta no setor imobiliário

Para Marco Bismarchi, sócio da gestora de patrimônio TAG Investidores, a Bolsa de Valores tende a ficar mais atraente com a Selic menor, especialmente para quem está disposto a aplicar por mais de três anos. Este ano, até quinta-feira, a Bolsa já acumula alta de 6,2%.

Um setor no qual os analistas veem impacto positivo direto da queda dos juros é o da construção civil, dependente tanto das condições de crédito quanto da saúde financeira dos brasileiros. Ele já reagiu: o Índice Imobiliário (Imob) da Bolsa, que concentra papéis ligados ao setor, avança 11,26% no ano. A PDG Realty disparou 158% no período, enquanto a Gafisa saltou 29%, e a Cyrela, 17%.

“Vamos entrar em um momento de procura maior por risco. O brasileiro tem sempre como referência na cabeça uma rentabilidade de 1% ao mês. Para atingir isso a partir de agora, não basta ficar seguindo o CDI (taxa de empréstimo interbancária que segue de perto a Selic). Ele terá que buscar também a renda variável”, afirma Bismarchi.

Mas ele ainda vê oportunidades na renda fixa. Embora juros mais baixos deprimam a renda fixa como um todo, quem se antecipa a esse movimento e aposta em títulos prefixados (que pagam juros determinados na hora da compra) e indexados à inflação (juros predeterminados mais a inflação do período) acaba lucrando com o afrouxamento monetário. Isso porque os papéis emitidos antes de os juros caírem se valorizam em comparação aos novos, que pagam menos por terem sido criados em um momento de Selic mais baixa.

“Os títulos um pouco mais longos, como os indexados à inflação vencendo após 2030 e os prefixados com prazo depois de 2021, têm ainda algum prêmio caso o ciclo de queda de juros de fato leve a Selic para abaixo de 10%”, afirma Bismarchi, que vê maior probabilidade de a taxa básica encerrar o ano em 9,5%.

Por isso, para o investidor de perfil moderado ou conservador, Bismarchi recomenda uma carteira diversificada: 25% do patrimônio em títulos do Tesouro indexados à inflação (Tesouro IPCA, antiga NTN-B), com prazos mais longos; outros 15%, em títulos prefixados com vencimento a partir de 2021; 20% podem ficar em fundos multimercados, que têm maior liberdade de alocação de recursos e que reagem mais rapidamente a mudanças na economia; 10% podem ser aplicados em Bolsa, mas sempre por meio de fundos de ações; os 30% restantes devem ir para aplicações pós-fixadas.

“O pós-fixado (que acompanha os juros da Selic), embora não ofereça a melhor rentabilidade, é necessário para fazer frente a uma eventual necessidade de liquidez. É uma margem de segurança”, explica Bismarchi.

Isso porque, diferentemente dos prefixados e dos atrelados à inflação, os papéis públicos pós-fixados oferecem risco zero de prejuízo quando resgatados antes do vencimento. Ou seja, se o aplicador precisar de recursos em uma emergência, não terá perdas significativas.

A economia precisa melhorar

Patrícia Pereira, gestora de renda fixa da Mongeral Aegon Investimentos, observa que aplicar em papéis prefixados só vale a pena para quem acredita que o corte da Selic será mais profundo do que indica a chamada curva de juros, que mostra como o mercado tenta prever a Selic no futuro.

“Desde que o BC fez o corte de 0,75, a curva já se ajustou. Olhando agora, o mercado está embutindo cortes que trariam a Selic para 10,25%. Mas se você espera que cairá abaixo disso, há ainda “gordura” para lucrar no prefixado”, diz Patrícia, que também recomenda títulos de vencimento mais longo, que têm mais espaço para se ajustar.

Outro tipo de aplicação que tende a se valorizar com a queda de juros é o fundo de investimento imobiliário (FII). Para Adriano Mantesso e Fernando Crestana, diretores do banco BTG Pactual, a tendência é que os FIIs absorvam investidores da renda fixa. Mas, segundo eles, a retomada da economia vai pesar mais que o corte da Selic.

“O mercado já antecipou essa queda de juros. O que está faltando é a melhora da economia”, afirma Mantesso. Vemos uma recuperação, mas será mais demorada. Ainda não vimos o fundo do poço na receita com locação, por exemplo. Ela só deve começar a se recuperar a partir do segundo semestre.

Mas, apesar de os especialistas afirmarem que é preciso buscar mais risco, vai ser difícil convencer os pequenos investidores a saírem da renda fixa.

“Por mais que a Selic caia, eu ainda vou ganhar mais que na poupança. Busco rentabilidade, mas também segurança econômica”, conta o escritor Alexandre Campos, de 33 anos, que aplica no Tesouro Direto e em Letras de Crédito Imobiliário (LCI). “Já consegui convencer minha namorada e minha mãe de que essa é a melhor forma de guardar dinheiro”, acrescenta.

Aumento do salário mínimo altera valores de contribuição para o INSS

24/01/2017 – Bem Paraná

Os valores dos benefícios da Previdência Social sofreram aumento de 6,48 %, para quem recebe benefício de valor igual ao salário mínimo nacional, e de 6,58%, para aqueles que recebiam valor superior ao antigo piso (R\$ 880).

Os aumentos são válidos a partir de 1º de janeiro de 2017. O menor valor pago pelo Instituto passa a ser o mesmo do novo mínimo (R\$ 937), incluindo os benefícios da

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para idosos e portadores de deficiência. Agora, o teto previdenciário é de R\$ 5.531,31.

Os contribuintes individuais e facultativos devem ficar atentos, pois os valores de contribuição acompanham os reajustes aplicados. Na competência de janeiro, a ser quitada até o dia 15 de fevereiro, o Facultativo de Baixa Renda, código de pagamento 1929, precisará recolher R\$ 46,85 (5% do salário mínimo). Nesta categoria, o segurado não pode ter qualquer fonte de renda, deve estar inscrito no CADÚnico e apresentar renda familiar não superior a R\$ 1.874,00 (dois salários mínimos).

O cidadão que recolhe pelos códigos 1473 e 1163 (optante só pela aposentadoria por idade) passa a contribuir com o valor de R\$ 103,07, correspondente a 11% do piso nacional. Já o facultativo ou individual com códigos 1406 e 1007 seguem recolhendo 20% sobre o valor de contribuição informado, respeitando o recolhimento mínimo de R\$ 187,40 para os que contribuem sobre o salário mínimo nacional, e a contribuição máxima de R\$ 1.106,26, para os que recolhem sobre o teto previdenciário.

Quem contribui regularmente garante o direito de receber, além das aposentadorias, os benefícios de auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte para os seus dependentes. A Guia da Previdência Social (GPS) pode ser adquirida em livrarias e papelarias, ou ser emitida na página www.previdencia.gov.br.

Pelo site, podem ser efetuados também cálculos para os pagamentos em atraso. Mais informações sobre a GPS e as formas de contribuição para o INSS podem ser obtidas pelo telefone 135. A Central de Teleatendimento funciona de segunda a sábado, das 8h às 23h (horário de verão), e a ligação é gratuita quando feita por telefone fixo.

Os valores dos benefícios da Previdência Social sofreram aumento de 6,48 %, para quem recebe benefício de valor igual ao salário mínimo nacional, e de 6,58%, para aqueles que recebiam valor superior ao antigo piso (R\$ 880). Os aumentos são válidos a partir de 1º de janeiro de 2017. O menor valor pago pelo Instituto passa a ser o mesmo do novo mínimo (R\$ 937), incluindo os benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para idosos e portadores de deficiência. Agora, o teto previdenciário é de R\$ 5.531,31.

Os contribuintes individuais e facultativos devem ficar atentos, pois os valores de contribuição acompanham os reajustes aplicados. Na competência de janeiro, a ser quitada até o dia 15 de fevereiro, o Facultativo de Baixa Renda, código de pagamento 1929, precisará recolher R\$ 46,85 (5% do salário mínimo). Nesta categoria, o segurado não pode ter qualquer fonte de renda, deve estar inscrito no CADÚnico e apresentar renda familiar não superior a R\$ 1.874,00 (dois salários mínimos).

O cidadão que recolhe pelos códigos 1473 e 1163 (optante só pela aposentadoria por idade) passa a contribuir com o valor de R\$ 103,07, correspondente a 11% do piso nacional. Já o facultativo ou individual com códigos 1406 e 1007 seguem recolhendo 20% sobre o valor de contribuição informado, respeitando o recolhimento mínimo de R\$ 187,40 para os que contribuem sobre o salário mínimo nacional, e a contribuição máxima de R\$ 1.106,26, para os que recolhem sobre o teto previdenciário.

Quem contribui regularmente garante o direito de receber, além das aposentadorias, os benefícios de auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte para os seus dependentes. A Guia da Previdência Social (GPS) pode ser adquirida em livrarias e papelarias, ou ser emitida na página www.previdencia.gov.br.

Pelo site, podem ser efetuados também cálculos para os pagamentos em atraso. Mais informações sobre a GPS e as formas de contribuição para o INSS podem ser obtidas pelo telefone 135. A Central de Teleatendimento funciona de segunda a sábado, das 8h às 23h (horário de verão), e a ligação é gratuita quando feita por telefone fixo.

Demanda de empresas por crédito no Brasil em 2016 tem pior resultado em 4 anos, diz Serasa Experian

24/01/2017 – Época Negócios

O Indicador de Demanda das Empresas por Crédito mostrou queda de 2,2% no ano passado frente a 2015

A demanda por crédito corporativo recuou em 2016, apresentando o pior resultado dos últimos quatro anos, em meio ao aprofundamento da recessão no país, conforme levantamento da empresa de informações de crédito Serasa Experian.

O Indicador de Demanda das Empresas por Crédito mostrou queda de 2,2% no ano passado frente a 2015, quando houve recuo de 1,9%.

Economistas da entidade citaram que o quadro econômico, o reduzido patamar da confiança empresarial e as taxas de juros ainda bastante elevadas pesaram negativamente sobre a procura das empresas por crédito no ano passado.

A queda foi sentida principalmente nas médias e grandes empresas, que apresentaram recuo 12% e de 10,4%, respectivamente. As micro e pequenas empresas tiveram baixa de apenas 1,7%.

Todos os setores econômicos pesquisados no levantamento da Serasa Experian apresentaram queda na demanda por crédito em 2016, com o a indústria à frente, com declínio de 5%, seguida por comércio (-3,6%) e serviços (-0,1%).

Entre as regiões, houve alta apenas na Região Sul, com acréscimo de 0,8% na demanda por crédito no ano passado. O Norte apresentou a maior contração de 5,6%, seguido por Centro-Oeste (-2,3%); Nordeste (-2,4%) e Sudeste (-1,2%).

Superávit da balança comercial na 3ª semana de janeiro é de US\$ 1,058 bilhão

24/01/2017 – Tribuna PR

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,058 bilhão na terceira semana de janeiro, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 23, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Entre os dias 16 e 22 deste mês, as exportações somaram US\$ 3,837 bilhões, e as importações, US\$ 2,779 bilhões.

No acumulado das três primeiras semanas do ano, o superávit é de US\$ 1,398 bilhão. No período, as exportações somam US\$ 9,775 bilhões e as importações chegam a US\$ 8,377 bilhões.

A média diária de exportações nas três primeiras semanas de janeiro foi de US\$ 651,6 milhões, uma alta de 16,0% em comparação com a média de embarques por dia útil do mesmo mês do ano passado, de US\$ 561,9 milhões.

Já nas importações, a média por dia até a terceira semana deste mês foi de US\$ 558,4 milhões, crescimento de 8,2% em relação à média de compras de janeiro de 2016, que foi de US\$ 516,1 milhões.

Venda da linha branca cai pelo quarto ano seguido

24/01/2017 – Tribuna PR

As vendas de fogões, geladeiras, lavadoras da indústria para o comércio deram marcha à ré no ano passado e caíram pelo quarto ano consecutivo em número de unidades.

Nas projeções da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), as vendas dos eletrodomésticos da linha branca somaram 12,9 milhões de unidades em 2016, o menor nível desde 2010, quando as estatísticas começaram a ser compiladas.

O pico de vendas de geladeiras, fogões e lavadoras ocorreu em 2012, quando foram comercializadas 18,9 milhões de unidades. Esse grande volume de vendas foi resultado de benefícios fiscais concedidos pelo governo aos fabricantes, que reduziram os preços dos eletrodomésticos.

De lá para cá, as vendas só caíram ano a ano e, em 2016, recuaram cerca de 10% nas projeções do presidente da entidade, Lourival Kiçula. No entanto, há fabricantes que acreditam que a queda pode ter sido maior, da ordem de 20%.

“Chegamos no fundo do poço e não dá para cair mais”, afirma o presidente da Eletros. Ele explica que as empresas já enxugaram a produção, reduziram o número e funcionários e trabalham hoje com alto nível de ociosidade. “O ajuste já foi feito em 2016”, observa.

Kiçula diz que este ano será um período de recomeço para o mercado de eletrodomésticos. No entanto, ele ainda não enxerga condições objetivas para que ocorra uma melhora.

“Estamos torcendo para que haja uma retomada”, diz o presidente da Eletros. No momento, as fichas estão depositadas na redução dos juros e da inflação para injetar ânimo no consumo.

FMI: desemprego e endividamento devem continuar interferindo na demanda do País

24/01/2017 – Tribuna PR

A demanda no Brasil deve seguir pressionada em 2017 pelo alto nível de desemprego e de endividamento das famílias, avalia nesta segunda-feira, 23, o diretor para o departamento de Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Alejandro Werner, em uma análise sobre a América Latina.

“O Produto Interno Bruto continuou a se contrair no terceiro trimestre de 2016 e os indicadores da atividade econômica no fim do ano apontavam para uma demora na recuperação porque os gastos privados continuam fracos”, afirma Werner.

A previsão do FMI para o Brasil foi rebaixada na semana passada e a estimativa é que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve crescer apenas 0,2% este ano, um dos piores desempenhos entre os emergentes.

O economista do FMI ressalta que para estimular a economia, o governo brasileiro anunciou recentemente medidas para ajudar as empresas altamente endividadas, além de reformas para reduzir a burocracia e os custos da atividade empresarial.

Werner destaca ainda a aprovação da medida que estabelecem um teto para os gastos públicos e a proposta de reforma da previdência enviada ao Congresso.

Ao mesmo tempo, enquanto o Planalto tenta arrumar as contas federais, Werner menciona que a situação fiscal de vários Estados é cada vez mais difícil. “Existe a expectativa de que uma nova legislação lance as bases para um ajuste na esfera estadual e para programas de reformas monitorados pelo governo federal”, ressalta em sua análise.

No lado da política monetária, Werner menciona que a inflação vem caindo rapidamente nos últimos meses e, no fim de 2016, estava abaixo do limite superior da margem de tolerância da meta do Banco Central. Com isso, foi possível acelerar “consideravelmente” o ritmo de corte da Selic na reunião deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom).

Falando de forma geral sobre a América Latina, Werner alerta sobre a necessidade de os países da região continuarem a usar o espaço de que dispõem para calibrar o ajuste fiscal, uma vez que a expectativa é que os preços das matérias-primas continuem baixos em relação a seus níveis históricos, apesar da alta recente.

Outra recomendação é que os governos adotem políticas que facilitem o saneamento dos balanços das empresas, muitas delas com volume importante de passivos em moedas estrangeiras.

As taxas de câmbio devem permanecer flexíveis, diz ele, destacando que as condições externas estão cada vez mais voláteis.

O FMI volta a recomendar que a região aprofunde as reformas estruturais, como investimentos em infraestrutura, redução da burocracia, reforço da educação, para tentar expandir o crescimento de médio prazo.

Desemprego atual reduz produtividade, diz Credit Suisse

24/01/2017 – Tribuna PR

O relatório do banco Credit Suisse sobre a macroeconomia brasileira traz um dado preocupante: setores considerados mais produtivos demitem mais do que os menos produtivos.

Essa dinâmica vai puxar para baixo a produtividade do trabalho no Brasil, que já está muito aquém do adequado, e levar a uma mudança estrutural para pior. “Isso vai fazer com o que Brasil cresça menos no médio e no longo prazos”, diz Leonardo Fonseca, economista do banco que coordenou o relatório.

Segundo Fonseca, a análise mais acurada das demissões deixa claro que setores de alta produtividade, como imobiliário, intermediação financeira e serviços de informação, foram mais ágeis em se ajustar à recessão. “Setores mais produtivos demitiram mais gente”, diz.

Nos setores menos eficientes da economia, o que se vê é o inverso. As demissões foram graduais. Em alguns casos, como administração, saúde e educação pública, os cortes nem foram feitos.

O relatório destaca que setores mais produtivos têm uma participação menor no mercado de trabalho e, portanto, menor influência no comportamento do emprego.

No entanto, os setores mais eficientes fazem enorme diferença sobre a capacidade da economia como um todo crescer.

Um número menor de pessoas em áreas mais produtivas e um número maior em áreas menos produtivas puxa para baixo a produtividade total. “Isso indica que a atual recessão vai ter um impacto permanente sobre a capacidade de o País crescer no futuro”, diz Fonseca.

Desemprego ampliado no Brasil é de 21,2%, quase o dobro da taxa oficial

24/01/2017 – Tribuna PR

A deterioração do mercado de trabalho no Brasil é muito mais profunda do que indicam as pesquisas tradicionais. Segundo estudo comparativo do banco Credit Suisse, o Brasil está entre os recordistas globais do chamado desemprego ampliado. O levantamento indica que o Brasil tem a sexta maior taxa de desemprego ampliado entre 31 países desenvolvidos e emergentes que foram avaliados.

Em síntese, a taxa de desemprego tradicional considera apenas quem procura trabalho e não encontra. A taxa de desemprego ampliada usa uma métrica mais complexa: inclui quem faz bico por falta de opção e trabalha menos do que poderia ou desistiu de procurar trabalho – sofre do chamado desalento.

De acordo com os dados mais recentes, do terceiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego ampliada do Brasil bateu em 21,2% – quase o dobro do desemprego oficial, que nesse período alcançou 11,8%. Por esse critério, perto de 23 milhões de brasileiros estariam desempregados ou subutilizados.

Numa comparação internacional, a taxa de desemprego ampliado do Brasil está bem acima da média dos países analisados, que é de 16,1%. Também fica acima da taxa de países com renda comparável a do Brasil, como México (18,3%) e Turquia (15,9%). O Brasil está atrás apenas de países profundamente afetados pela crise internacional: Grécia (o recordista, com 31,2% de desemprego ampliado), Espanha (29,75%), Itália (24,6%), Croácia (24,6%) e Chipre (23,8%).

Esta é a primeira vez que um levantamento do gênero inclui o Brasil e isso só foi possível porque agora há dados disponíveis no organismo oficial responsável por acompanhar o mercado de trabalho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde novembro do ano passado, o IBGE oferece informações complementares sobre a subutilização da força de trabalho.

Foi com base nessas novas estatísticas que o banco organizou o levantamento. “Os novos indicadores oficiais permitem uma visão mais abrangente sobre a realidade do mercado de trabalho brasileiro e uma comparação internacional”, diz Leonardo Fonseca, economista do Credit Suisse que coordenou o estudo.

O paulistano Tiago de Oliveira Souza, 32 anos, é um exemplo da sutileza da nova estatística. Ele não engrossa a taxa de desemprego tradicional, pois tem uma ocupação: é motorista do Uber. Mas preenche os requisitos para compor a taxa de desemprego ampliado porque é subutilizado. Souza trabalha menos horas do que poderia. “Tento fazer 8 horas por dia, mas nem sempre consigo, porque tem concorrência. A demanda oscila, tudo é muito imprevisível”, diz.

Tiago também está numa atividade abaixo de suas qualificações. Fala, lê e escreve em inglês com facilidade. Tem, na sua definição, nível “intermediário avançado”. Apenas 5% dos brasileiros têm esse domínio do idioma. De 2004 a 2014, foi metalúrgico na Mercedes-Benz Caminhões, em São Bernardo do Campo (SP). Foi de montador a inspetor de qualidade.

Aderiu a um programa de demissão voluntária pois achou que poderia fazer carreira em outra atividade. Ocorre que, naquele momento, a crise chegou e as suas possibilidades foram se estreitando. Souza, que toca guitarra e violão, foi ser vendedor numa loja de instrumentos musicais, mas não se adaptou. “As metas eram altas e as vendas caíam”, diz.

Decidiu, então, trabalhar num bar de jazz, na Vila Madalena (zona oeste de São Paulo). "Em maio do ano passado, o bar não resistiu e fechou", diz ele.

Por quatro meses, distribuiu currículos, sem sucesso. Sobrou ser motorista. "O Uber era para complementar renda e virou atividade principal. Ainda bem que eu tenho isso."

O economista Sérgio Firpo, professor e pesquisador do Insper, lembra que há muitos critérios para medir o desemprego. Historicamente, o desemprego do IBGE foi inferior ao do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). "O que importa é que haja padronização", diz Firpo. Nesse caso, o desemprego ampliado é um refinamento nas estatísticas que aperfeiçoa a análise do mercado de trabalho.

Venda de materiais cai 11,5% em 2016

24/01/2017 – GS Notícias

O faturamento dos fabricantes de materiais de construção apresentou queda de 11,5% no ano passado, altamente impactado pela recessão e pelo declínio dos investimentos em obras de infraestrutura.

Na visão do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Walter Cover, um conjunto de fatores impactou negativamente o desempenho do setor.

"O desemprego e o medo da perda do emprego, bem como os juros altos, a dificuldade de obtenção de crédito e a redução dos investimentos públicos e privados ainda continuam inibindo o consumo dos materiais, seja para reformas, seja para novas edificações", destacou o dirigente em comunicado.

Cover afirmou que o mês de dezembro apresentou uma queda um pouco menor que a média do ano, mas as causas da recessão ainda estão presentes na indústria e devem permanecer no primeiro semestre de 2017.

O faturamento dos fabricantes de materiais de base registrou queda de 12,9% em 2016, de acordo com dados da Abramat. Já o segmento de acabamento reportou retração de 9,5% no período.

A Abramat acrescenta que a tendência para a indústria de materiais de construção, em 2017, é de estagnação.

Em entrevista recente ao DCI, Cover afirmou que se não fossem as últimas medidas de estímulos anunciadas pelo governo federal - como a injeção de R\$ 7 bilhões para o Cartão Construcard, a nova faixa do programa Minha Casa Minha Vida e a redução dos juros para o financiamento de imóveis - o setor apresentaria desempenho negativo neste ano.

"Essas medidas indicam que, a partir do segundo semestre de 2017, a indústria brasileira já deve começar a apresentar crescimento", disse o presidente da Abramat.

Somente em dezembro, o faturamento deflacionado dos fabricantes de materiais de construção apresentou declínio de 10% na comparação com igual período de 2015. Em relação a novembro, a indústria teve retração de 22,7%.

Emprego

De acordo com dados da Abrammat, o nível de emprego da indústria brasileira recuou 9,3% em 2016. No segmento de materiais de base, a variação negativa foi de 9,4%, enquanto que em acabamento a queda atingiu 9,2% no período.

A entidade pontua que a confiança dos empresários do setor ainda é baixa, "mas deverá melhorar durante o ano caso as reformas estruturais da economia sejam aprovadas e sua implementação iniciada."

Analistas já veem chance de IPCA na meta

24/01/2017 – GS Notícias

A inflação mais controlada neste início de ano, depois de surpresas favoráveis com os dados do fim de 2016, continua levando a revisões para baixo nas expectativas para 2017. A depender da trajetória principalmente dos alimentos, economistas avaliam que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tem chances de chegar a dezembro abaixo de 4,5%, embora este ainda não seja considerado o cenário mais provável.

Divulgado ontem pelo Banco Central, o boletim Focus mostrou que a mediana de estimativas para a alta do IPCA diminuiu pela terceira semana consecutiva, de 4,8% para 4,71%. O piso das projeções também tem ficado cada vez menor. No início de dezembro, a previsão mínima no Focus estava em 4,28% e, depois, caiu para 4,14%.

Na primeira semana de janeiro, era 4,10% e, na última semana, ficou em 4%. Entre os participantes do grupo Top 5 (grupo que mais acerta as projeções) de médio prazo a expectativa agora é de que a inflação deste ano fique abaixo da meta de 4,5%. Da semana anterior para a última, a mediana das estimativas desse grupo para o IPCA de 2017 caiu de 4,54% para 4,45%.

Na quinta-feira, após a divulgação do IPCA-15 de janeiro (0,31%, o menor para o mês desde 1994), circularam informações no mercado financeiro de que grandes casas começaram a prever IPCA abaixo do centro da meta neste ano, o que daria mais espaço para o BC cortar a Selic.

Informações também davam conta que a mesa de tesouraria do Santander Brasil teria revisado a projeção do IPCA de 2017 a 3,9%. Rafael Cardoso, economista da Daycoval Investimentos, trabalha com alta de 4,7% para o índice no período, mas afirma que um número abaixo de 4,5% é uma "probabilidade relevante".

O que vai determinar se a inflação ficará menor do que o alvo central ou não é a trajetória dos alimentos, avalia Cardoso. Se o padrão dos alimentos observado nos últimos meses, com alta mais fraca do que a sazonalidade, se mantiver ao longo do ano, é bastante possível que o índice do IBGE suba menos do que 4,5% em 2017, diz o economista.

"Todos os outros componentes da inflação estão comportados", comentou. "A demanda está reprimida, o governo está fazendo o ajuste fiscal e famílias e empresas preferem pagar dívidas do que consumir e investir, cenário propício à desinflação." A descompressão do IPCA acumulado em 12 meses será rápida, e o índice deve atingir o centro da meta em maio, prevê Flávio Serrano, economista-sênior do banco Haitong. A desaceleração vai continuar até agosto, estima ele, quando o indicador oficial de inflação vai chegar a seu piso em 2017, de 3,9%.

Depois, o movimento de desinflação vai perder força, diz, e o IPCA deve fechar o ano com alta de 4,8%. "Existe a possibilidade de que o IPCA fique abaixo da meta no fim do ano, mas não é tão alta", afirma Serrano, devido aos números bastante fora do

padrão sazonal registrados nos meses finais de 2016, ajudados pela inflação comportada de alimentos.

De setembro a dezembro, o IPCA subiu 0,20% ao mês, em média, observa ele, taxa que deve ser substituída por números maiores em igual período deste ano no acumulado em 12 meses. Assim, o índice voltaria a subir no último trimestre do ano.

Se, somada à perda de fôlego dos alimentos no domicílio - que devem subir entre 3% e 4% este ano, ante 9,36% em 2016 - os serviços também surpreenderem favoravelmente, é possível que o IPCA fique abaixo de 4,5% em 2017, na avaliação de Daniel Silva, economista da Modal Asset.

A gestora prevê alta entre 4,6% e 4,7% para o indicador neste ano, com aumento de 5,5% para o grupo que reúne despesas como aluguel, empregada doméstica e costureira.

"Quatro por cento está longe de ser um número irrealista. A trajetória de alimentação será relevante para o número final, mas acho que seria melhor uma surpresa pelo lado dos serviços", disse. Para Silva, o comportamento atual dos preços é propício para que a meta de inflação seja reduzida para 2019, tendo em vista que a recessão dura bastante tempo e a retomada será lenta.

Recentemente, Alexandre Teixeira, economista-chefe da Beta Capital Consultoria, cortou para 4,8% sua projeção para o aumento do IPCA em 2017, em função da fraqueza da atividade econômica.

O câmbio também tem mostrado trajetória mais tranquila do que o esperado, o que pode representar outra ajuda à inflação e novo motivo de revisões para baixo mais à frente, observa Teixeira.

Segundo o economista, a chance de o indicador atingir o centro da meta no ano é elevada, mas um número abaixo em 2017 de 4,5% é difícil, considerando, ainda, a redução da Selic em ritmo mais intenso. "Seria necessário uma queda muito forte da inflação corrente para um número como esse."

Confiança do industrial gaúcho sobe em janeiro

24/01/2017 – GS Notícias

O setor produtivo gaúcho começa a virada do ano demonstrando maior otimismo. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei-RS), divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), subiu de 50,5 para 51,7 pontos entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017. É o maior nível de confiança para o mês nos últimos três anos.

"O resultado confirma que a confiança da indústria no Estado passa por um processo de acomodação, embora ainda em um nível baixo, um pouco acima dos 50 pontos", diz o presidente da Fiergs, Heitor José Müller.

No entanto, em janeiro os empresários gaúchos percebem piora na situação dos negócios em comparação com os últimos seis meses. Isso é revelado pelo Índice de Condições Atuais, que recuou 0,6 ponto na margem e começou 2017 com 45 pontos. Em janeiro de 2016, porém, a situação era ainda pior, e o índice estava em 30.

Os índices da economia brasileira e das empresas pouco mudaram, caindo, respectivamente, de 41,6 para 41,2 pontos e de 47,6 para 47 na passagem de dezembro de 2016 para janeiro de 2017.

"Embora seja comum para o começo do ano, a maior confiança reflete a percepção dos empresários gaúchos de que há uma política econômica mais eficiente, que pode levar à melhora do quadro fiscal e à redução da inflação e dos juros, além de um empenho do governo para encaminhar as reformas estruturais", comenta Müller.

Matriz energética pode transformar economia da região

24/01/2017 – GS Notícias

O Centro Internacional de Energias Renováveis?Biogás (CIBiogás) é uma instituição científica, tecnológica e de inovação, constituída como associação sem fins lucrativos criada a partir de um projeto da Itaipu Binacional. Aliás, o Centro fica instalado dentro do Parque Tecnológico da hidrelétrica, em Foz do Iguaçu.

O diretor presidente do CIBiogás, Rodrigo Régis de Almeida Galvão, explica que para bater as metas estipuladas na 21ª Conferência das Partes (COP-21), realizada na França em 2015, é necessário um incremento do biogás. "Com o aumento de produção no agronegócio, é preciso tratar dos dejetos.

A capacidade produtiva de biogás no Paraná seria capaz de abastecer 4,8 mil casas durante um ano. É uma matriz energética que pode transformar a economia de toda a região", explica Galvão, referindo-se, primeiramente, ao Oeste do Estado.

O representante do Centro aproveita para falar dos desafios para o desenvolvimento do setor. O primeiro deles, segundo Rodrigo, está nos entraves tributários, ainda muito parecidos com o gás fóssil. Segundo ele, o Paraná tem um projeto para tirar o ICMS da geração distribuída, o que pode fomentar os trabalhos no futuro.

"Ainda há uma falta de estrutura da Copel para que tudo seja implementada com mais velocidade. É preciso criar incentivos, vencer desafios tecnológicos e colocar de pé modelos de negócios viáveis aos produtores", complementa. (V.L.)

Trump é a maior preocupação da indústria automobilística hoje

24/01/2017 – The Wall Street Journal



A diretora-presidente da General Motors, Mary Barra (centro), numa coletiva durante o Salão do Automóvel de Detroit. Photo: Daniel Acker/Bloomberg News

Executivos do setor automobilístico normalmente passam o fim do ano preparando lançamentos e elaborando estratégias para impulsionar as vendas.

Mas este ano, os líderes de Detroit dedicaram um tempo considerável tentando descobrir como negociar com o novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Os líderes sindicais estão sendo consultados sobre como reformar o trabalho nas fábricas, membros do conselho estão tentando descobrir quem tem amigos no novo governo de Trump, e comitês especiais foram criados para monitorar a conta do presidente no Twitter.

Em um jantar comemorativo durante o Salão do Automóvel de Detroit no início do mês, o diretor-presidente da Ford Motor Co., Mark Fields, disse que releu "A arte da

negociação”, de Trump, nos feriados de fim de ano (Editora Campus, 1989, edição em português esgotada). Ele leu o livro pela primeira vez nos anos 80, mas queria entender melhor o novo morador da Casa Branca.

As empresas americanas, várias atacadas por Trump frequentemente via Twitter, de repente tiveram que passar a enfrentar uma nova e imprevisível força em suas operações. Entre as farpas, estão o preço pago pelo Pentágono pelos caças da Lockheed Martin Corp. e se a Carrier Corp. fabrica fornalhas em Indiana.

Randall Stephenson, diretor-presidente da telefônica AT&T Inc., recentemente se reuniu com Trump, que tem expressado preocupações sobre a proposta de compra da Time Warner Inc. pela gigante das telecomunicações.

Mas poucos setores passam tanto tempo na mira de Trump como a indústria automobilística americana. Menos de dez anos depois de as montadoras americanas se recuperarem de um colapso graças ao socorro financeiro de Washington, elas vêm sendo chacoalhadas por uma série de tweets de Trump, que as acusa de não estarem suficientemente comprometidas com empregos e investimentos nos EUA, considerando sua forte dependência na produção internacional.

“É um novo território para a maioria de nós”, disse o diretor-presidente da Fiat Chrysler Automobiles NV, Sergio Marchionne, durante uma conversa com repórteres no início do mês. “Nenhum de nós tinha um presidente que usava o Twitter antes. É uma nova forma de comunicação e nós vamos ter que aprender como responder.”

Um porta-voz do governo Trump não respondeu a pedidos de comentários. Em uma entrevista recente, Trump defendeu a pressão sobre empresas como tática para que elas se comprometam a investir nos EUA. “Não estou microgerenciando”, disse ele. Os líderes da General Motors Co. e da Ford já falaram com Trump. Bill Ford, presidente do conselho da Ford e bisneto de Henry Ford, o fundador da montadora, foi até Manhattan em meados do ano passado em uma tentativa de amenizar a retórica da campanha.

Decisões recentes das montadoras americanas, incluindo mais de US\$ 3 bilhões em investimentos nos EUA anunciados no prazo de duas semanas, foram elogiadas pelo presidente. Durante sua primeira coletiva de imprensa depois de vencer as eleições, ele agradeceu as “três grandes” de Detroit, mas continua a ameaçá-las com um imposto de fronteira sobre importações.

“Essa nova noção de discutir relações comerciais [no Twitter], eu estou no escuro tanto quanto vocês”, disse Marchionne aos repórteres.

Marchionne não usa o Twitter e Fields não usa sua conta pessoal ativamente. A diretora-presidente da GM, Mary Barra, usa a ferramenta de vez em quando. E sua foram publicados 318 tweets em 47 meses de existência.

Marchionne foi um dos poucos líderes da indústria automobilística a sair na dianteira de Trump, anunciando às vésperas do Salão do Automóvel de Detroit que a Fiat Chrysler iria investir US\$ 1 bilhão em duas fábricas no Meio Oeste americano, criando 2 mil novos empregos.

Investimentos em produção não são o tipo de notícia distribuída em comunicados de imprensa durante uma feira automobilística importante. Marchionne negou qualquer influência de Trump no anúncio. Os investimentos estavam em estudo há muitos meses.

Executivos do setor automobilístico, que hoje se vê numa situação financeira mais sólida, esperam que haja um lado positivo na atenção dada a eles por Trump — caso

eles possam usar as disputas comerciais como uma oportunidade para avançar seus próprios interesses.

As montadoras continuam despreparadas para atingir as metas severas de eficiência de combustível impostas pelo governo de Obama, padrões que o indicado de Trump para dirigir a Agência de Proteção Ambiental disse que irá rever. Os executivos das montadoras também dizem que compartilham das preocupações de Trump sobre o risco de outros países desvalorizarem suas moedas.

De Detroit a Munique e Seul, eles estão empregando táticas similares para ressaltar bilhões de dólares em planos existentes de investimentos nos EUA. Todo o setor é globalmente integrado, na produção, vendas e cadeias de fornecimento, o que o novo governo pode destruir, e o mercado americano é de vital importância para a maioria dos fabricantes de carros.

Em 3 de janeiro, Mary Barra, da GM, leu um tweet de Trump criticando a empresa por importar o modelo Chevrolet Cruze do México. Ela ligou para o novo presidente e disse a ele que a empresa estava preparando anúncios de investimentos que incluíam o compromisso com a criação de novos empregos nos EUA.

Cerca de uma semana mais tarde, durante uma coletiva de imprensa, Trump previu a notícia da GM ao dizer que esperava mais anúncios sobre o setor automobilístico depois de a Ford ter se comprometido a investir US\$ 700 milhões na modernização de uma fábrica de Detroit e a Fiat Chrysler prometer US\$ 2 bilhões para fábricas em Ohio e Michigan.

“Há um diálogo expressivo entre a equipe administrativa e entre a equipe administrativa e nosso conselho sobre como o cenário se desenvolver e mudar”, diz Craig Glidden, disse o diretor jurídico geral da General Motors em uma entrevista ao The Wall Street Journal, referindo-se às mensagens de campanha de Trump. “Certamente com o resultado da eleição, essas discussões se intensificaram.”

Em uma reunião de conselho da GM em dezembro, não houve uma discussão formal sobre Trump, disse uma pessoa a par do assunto. Alguns diretores conversaram entre eles sobre se alguém conhecia os indicados de Trump para o gabinete.

“Qual caminho uma empresa tem?”, disse a pessoa. “Se você o apoiar [publicamente], isso afeta o preço de suas ações.”

Barra procurou opiniões de alguns membros do conselho sobre se ela deveria aceitar um convite para integrar um painel consultivo de 20 membros de Trump sobre o setor, disse essa pessoa. Os membros do conselho a incentivaram a aceitar — o que ela fez mais tarde.

Barra e sua equipe começaram a preparar um “pacote” de planos de investimento nos EUA que ressaltaria a Trump o compromisso da montadora de criar empregos no país, disse outra pessoa a par dos planos.

Na semana passada, a GM anunciou cerca de 1 mil novos empregos ou a manutenção de vagas existentes e US\$ 1 bilhão em novos investimentos nos EUA, sendo a mais recente montadora a mudar seus planos de investimentos para se adequar à agenda de Trump.

A GM havia se comprometido em dobrar a capacidade de produção do México até 2018. Os membros do conselho da GM, que se reunirão em fevereiro, podem discutir a expansão futura do México e considerar a visão de Trump como “mais uma variável” antes de agir, disse uma pessoa a par do assunto. Os membros do conselho também

pedirão aos executivos para descrever outras possíveis ações de Trump “que terão publicidade negativa”, disse essa pessoa.

Como candidato, Trump não criticou os planos de investimentos da GM no México, que são maiores do que suas rivais de Detroit.

Em vez disso, ele colocou a mira na Ford. Em setembro, quando Trump fazia campanha em Flint, no Estado americano de Michigan, no mesmo dia em que Fields, diretor-presidente da Ford, disse a investidores que iria migrar sua produção de carros pequenos para San Luis Potosí, no México, para melhorar suas margens de lucro, deixando claro que manteria os empregos nos EUA, Trump disse a uma multidão que o plano da Ford era “horrível” e disse que “nós não deveríamos permitir que isso aconteça”.

[A declaração de Trump] frustrou alguns executivos da Ford, que haviam ressaltado que a medida não iria eliminar empregos nos EUA porque a fábrica afetada iria produzir novos modelos.

“Nós achamos que tínhamos um bom plano”, disse o líder da Ford para a América do Norte, Joe Hinrichs. “Nós achamos que a equação completa funcionava bem, mas ela se perdeu no mundo do Twitter.”

Em dezembro, membros do conselho da Ford foram informados por executivos dos planos de cancelar a fábrica do México, e a administração aprovou uma nova estratégia para reinvestir nas fábricas existentes da empresa, incluindo uma modernização na fábrica da região de Detroit.

Em 3 de janeiro, Ford ligou novamente para informar que a montadora havia desistido da fábrica do México.

Dias depois, o presidente do conselho da Toyota Motor Co., Akio Toyoda, também foi desafiado por Trump e anunciou que investiria US\$ 10 bilhões em fábricas americanas nos próximos cinco anos em reformas há muito planejadas.

Toyoda se encontrou com o vice-presidente Mike Pence em Washington um dia depois da apresentação do executivo em Detroit. A Toyota é um grande empregador em Indiana, Estado natal de Pence.

Trump promete baixar impostos às montadoras

24/01/2017 – Automotive Business



Depois de ameaçar pelo Twitter adotar uma série de medidas com impacto no setor automotivo, Donald Trump, enfim se reuniu com representantes de fabricantes de veículos para falar sobre as novas regras do jogo.

O presidente dos Estados Unidos, que assumiu o cargo no último dia 20, afirmou que pretende reduzir impostos às empresas e simplificar a regulamentação. Por outro lado, ele confirmou a intenção de penalizar as companhias que produzem veículos em outros países para vender naquele mercado.

Segundo informações da agência Reuters, participaram da reunião representantes da

indústria dos Estados Unidos, com líderes de companhias como Ford e Tesla, além de executivos de outros segmentos, de empresas como Dell e Dow Chemical. Na conversa, Trump reafirmou o objetivo de levar de volta ao país as fábricas e a produção que hoje é feita externamente, sem detalhar como pretende fazer isso.

Por outro lado, o novo presidente declarou que vai trabalhar para reduzir entre 15% a 20% os impostos estaduais para a indústria, além de se empenhar na diminuição da burocracia. "Quando vocês quiserem construir uma fábrica, terão as aprovações realmente rápido", declarou.

Ao sair da reunião, Mark Fields, presidente da Ford, apontou que se sentia confiante por Trump estar "seriamente focado em garantir que a economia dos Estados Unidos seja fortalecida com medidas políticas, impostos e marcos regulatórios. Acho que tudo isso encoraja todos os CEOs a tomar a decisão de ir adiante."

Automação elevará produtividade sem gerar desemprego em massa

24/01/2017 - The Wall Street Journal



Líderes empresariais e políticos reunidos esta semana no Fórum Econômico Mundial, em Davos, estão tendo acesso a vários novos relatórios sobre a automação e o futuro do trabalho. Para aqueles que não vieram à Suíça este ano, segue abaixo uma visão geral das descobertas mais notáveis.

Apesar das afirmações de que os robôs irão roubar nossos empregos, apenas 5% de todas as ocupações estão em risco de serem totalmente automatizadas, segundo novo estudo do Instituto Global McKinsey.

Em vez de desaparecer, dizem os autores do relatório, os empregos irão mudar drasticamente, forçando os trabalhadores a se adaptarem. A análise do McKinsey de 800 ocupações e 2 mil tarefas de trabalho prevê que metade das tarefas atuais de trabalhadores pode ser automatizada até o ano de 2055 usando tecnologia que já existe.

Essas mudanças não levarão ao desemprego em massa — ao contrário, dizem os autores, a automação pode elevar a produtividade global entre 0,8% e 1,4% por ano nos próximos 50 anos.

Quem vai se beneficiar com esses ganhos é o tópico de outro estudo, produzido pela 8u8i Accenture, que afirma que os líderes corporativos são responsáveis em ajudar os trabalhadores a melhorar suas habilidades para os empregos que dependem de capacidades humanas como inteligência social e emocional. Dobrar o ritmo da requalificação estratégica reduziria a fatia de empregos vulnerável à automação, afirma a Accenture.

Os próprios trabalhadores estão animados com a automação. Em uma pesquisa da Accenture com mais de 10 mil trabalhadores, 87% se sentem otimistas sobre como a tecnologia irá mudar seus empregos nos próximos cinco anos.

Quase o mesmo número de trabalhadores dizem que estão prontos para estas mudanças. Cerca de metade dos participantes da pesquisa se descreveu como tendo

habilidades elevadas, enquanto o restante foi dividido igualmente entre níveis de habilidades médio e baixo.

Ainda assim, quatro em cada dez trabalhadores se sentem inseguros sobre que habilidades permanecerão relevantes no trabalho no futuro próximo, e a maioria diz que seus empregadores não estão fornecendo treinamento necessário de alta qualidade para manter essas capacidades atualizadas.

Os empregadores deveriam começar a requalificar os trabalhadores agora, investindo no desenvolvimento de habilidades que levem empregados a se acostumarem com treinamentos constantes no trabalho, diz Ellyn Shook, diretora de recursos humanos da Accenture.

Um outro estudo sugere que alguns países estão se preparando mais que outros no desenvolvimento de uma força de trabalho para o futuro.

A empresa de recursos humanos Adecco Group PLC, o Instituto de Liderança em Capital Humano e professores da faculdade de administração Insead deram à Suíça a liderança em um índice de competitividade de talentos, que classifica a capacidade dos países para desenvolver e manter os trabalhadores qualificados.

Depois da Suíça, os principais países para o desenvolvimento de talentos são Cingapura, Reino Unido, Estados Unidos e Suécia. Considerando que os mercados de trabalho são frequentemente regionais em vez de nacionais, os autores também analisaram cidades, colocando Copenhague no topo. Entre as cinco melhores cidades estão Zurique, Helsinki, San Francisco e Gotemburgo, na Suécia.

Entre as cidades mais promissoras do ponto de vista de talento estão algumas pequenas e menos conhecidas como Eindhoven, na Holanda, classificada em nono lugar, e Cardiff, no País de Gales, em 11º.

Essas áreas metropolitanas combinam alta qualidade de vida — que atrai e mantém trabalhadores qualificados — com oportunidades para exposição internacional e carreiras, graças à presença de algumas grandes empresas.

Volkswagen trará Alexa, da Amazon, para dentro do carro

24/01/2017 – Automotive Business



A Volkswagen disse que vai oferecer o Alexa, serviço de voz da Amazon, em seus veículos no futuro, tornando-se a primeira montadora a incorporar o recurso diretamente no sistema de multimídia do carro, sem intermediário.

Outros fabricantes como BMW, Ford e Hyundai já utilizam Alexa, mas seu funcionamento está vinculado por meio de um aplicativo instalado em smartphone que deve se conectar ao sistema multimídia dos veículos.

O Alexa funciona como um assistente pessoal usando recursos da inteligência artificial. Graças à sua incorporação ao sistema do carro, será possível o motorista instruí-lo a realizar ações por meio de comando de voz, como ligar o aquecimento da casa no momento ideal para encontrar uma temperatura confortável, por exemplo.

Durante a CES (Consumer Electronics Show), tradicional feira de tecnologia e eletrônicos realizada em Las Vegas (EUA), a Volkswagen mostrou seu SUV Tiguan equipado com um sistema que reage a palavras-chave por comando de voz como 'Hey, Volkswagen'. A edição da feira neste ano mostrou claramente a tendência do uso de inteligência artificial pelas montadoras.

"Temos várias possibilidades de programas que os clientes podem escolher", disse o diretor da VW para desenvolvimento eletrônico, Volkmar Tanneberger. "Então você pode dizer, por exemplo, 'Hey Buddy, pergunte a Alexa o quão quente está em casa?' E depois canaliza o comando para Alexa, que informa ser 20 graus", exemplifica.

O recurso também pode ser utilizado na via contrária, de perguntar ao Alexa sobre o status do combustível do carro antes de sair de casa, com frases como "Alexa, pergunte ao Volkswagen quanto combustível há no tanque".

O Alexa utiliza software de reconhecimento de voz de última geração. Por meio da inteligência artificial, a montadora reforça que o sistema ainda é capaz de se tornar cada vez mais familiarizado com um usuário e suas preferências ao longo do tempo e utiliza esse conhecimento para sugestões de rotas personalizadas, por exemplo.

"A Volkswagen e a Amazon compartilham uma visão comum em torno da voz com o futuro: é uma maneira segura e natural para que possamos interagir com o veículo", disse gerente geral da Amazon Alexa Automotive, John Scumniotales.

Alstom investe € 14 milhões em startup de veículo autônomo

24/01/2017 - Automotive Business



Veículo autônomo EZ10, projeto da EasyMile, será ampliado com investimento da Alstom

A Alstom anuncia investimento de € 14 milhões na compra de parte da startup EasyMile, empresa de tecnologia especializada no fornecimento de veículo autônomo. Com isto, a Alstom passa a fazer parte da diretoria da EasyMile. As empresas também firmaram um acordo comercial para fornecer soluções integradas dedicadas ao transporte urbano.

Com sede em Toulouse, na França, a empresa também tem unidades em Denver (EUA) e Cingapura e é responsável pela criação do projeto de veículo autônomo EZ10, que se assemelha a um pequeno vagão com rodas capaz de transportar até 12 pessoas e destinado ao uso em áreas delimitadas. Desde 2015, ele é utilizado em países na Ásia, América do Norte, Oriente Médio e Europa (veja vídeo abaixo).

"No contexto de sua estratégia 2020, a Alstom decidiu explorar negócios adjacentes, especialmente na área de digitalização. Com esse investimento, a Alstom expande o know how e expertise nas tecnologias sem condutores e busca o constante desenvolvimento na área de mobilidade inteligente. Estamos confiantes no sucesso do EZ10, já testado em diferentes climas e condições", afirmou Bruno Marguet, diretor de estratégia na Alstom.

O investimento da Alstom injetado na startup será utilizado para acelerar o

crescimento da EasyMile e apoiar seu programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D) ao mesmo tempo em que a EasyMile se beneficiará da rede da Alstom para aumentar seu alcance global.

Honda faz recall de mais de 34 mil veículos no Brasil

24/01/2017 – Automotive Business



A Honda anuncia mais um recall no Brasil por causa de airbag defeituosos da Takata: a montadora convoca um total de 34.530 unidades dos modelos Fit, City e Accord para substituir os insufladores do airbag do passageiro a partir de 30 de janeiro.

Esta nova campanha também se aplica ao Civic, modelo 2001 a 2002, mesmo que já tenham reparado o insuflador do airbag do passageiro, cuja campanha iniciou em julho de 2010, informa a montadora. Neste caso, alguns insufladores reparados anteriormente poderão sofrer, após longos períodos, degradação quando expostos às variações de umidade e temperatura.

O defeito encontrado no airbag pode ocasionar a projeção de fragmentos metálicos no interior do veículo no caso de acionamento do sistema de airbag, o que acontece em casos de colisão.

Estes fragmentos metálicos podem ser lançados contra os ocupantes, o que pode causar danos físicos, lesões graves e até fatais, além de danos materiais. Tal defeito já causou a morte de pelo menos 16 pessoas em outros países. Nenhuma morte foi relatada no Brasil relacionada ao airbag defeituoso.

Um segundo recall anunciado nesta mesma data pela Honda e relacionado ao mesmo defeito é para a motocicleta modelo GL 1800 Gold Wing, que também deve substituir o insuflador do sistema. Neste caso, são 80 unidades envolvidas com atendimento a partir do dia 1º de fevereiro.

Em ambos os comunicados, a Honda indica a necessidade de consultar a necessidade do reparo e do agendamento do serviço, o que pode ser feito por meio da central de atendimento no telefone 0800 701 3432, em dias úteis e horário comercial.



| MODELO | ANO MODELO | CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS FINAIS | | DATA DE PRODUÇÃO | |
|--------|------------|--------------------------------|----------|------------------|------------|
| | | DE | ATÉ | INICIAL | FINAL |
| Civic | 2001 | 1Z000024 | 1Z015295 | 28/11/2000 | 21/06/2002 |
| | 2002 | 2Z101243 | 2Z116630 | | |
| Fit | 2012 | CZ100001 | CZ112418 | 22/06/2011 | 14/03/2012 |
| City | 2012 | CZ200001 | CZ214820 | 28/06/2011 | 09/04/2012 |
| Accord | 2012 | CC200005 | CC200319 | 02/08/2011 | 26/01/2012 |



| ANO MODELO | CHASSIS FINAIS | | DATA DE PRODUÇÃO | |
|------------|----------------|----------|------------------|------------|
| | DE | ATÉ | INICIAL | FINAL |
| 2012 | CK000003 | CK000082 | 23/02/2012 | 04/12/2012 |

Vendas globais de carros alcançam recorde em 2016

24/01/2017 – Automotive Business



Enquanto o mercado brasileiro se contraiu em 2016, as vendas globais de carros atingiram novo recorde. Os emplacamentos de veículos leves chegaram a 93,5 milhões de unidades, superando a expectativa de analistas de mercado, como aponta a consultoria Focus2Move, que divulgou os dados. Com o resultado, a demanda do ano passado ultrapassou em 4,4% - ou cerca de 4 milhões de unidades - o patamar alcançado em 2015.

Entre as montadoras, a liderança ficou com o Grupo Volkswagen. Quando analisadas as marcas, no entanto, a Toyota foi a mais vendida por larga margem, com 8,47 milhões de emplacamentos, com pequeno crescimento de 0,8%. A Volkswagen ficou na segunda colocação, com 6,53 milhões de carros e aumento de 1,7% na comparação com o ano anterior.

Quase encostando na empresa alemã, a Ford foi a terceira marca que mais entregou carros globalmente, com 6,23 milhões de emplacamentos e expansão de 2,3%. Com 4,95 milhões de unidades, aparece em seguida a Nissan, com diferença pequena em relação à Hyundai, quinta mais vendida, com 4,86 milhões de carros.

Entre as dez mais emplacadas, Renault e Mercedes-Benz se destacaram com o maior crescimento na comparação com o resultado de 2015. A marca francesa avançou 13,8% e entregou 2,41 milhões de carros. Já a Mercedes-Benz vendeu 2,32 milhões de veículos leves, com evolução de 10,5%.

| RANKING GLOBAL DE MARCAS MAIS VENDIDAS 2016 | | | | |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|
| Ranking 2016 | Ranking 2015 | Grupo | Vendas 2016 | Varição 2016 |
| 1 | 1 | Toyota | 8.476.885 | 0,80% |
| 2 | 2 | Volkswagen | 6.535.093 | 1,70% |
| 3 | 3 | Ford | 6.234.726 | 2,30% |
| 4 | 5 | Nissan | 4.954.002 | 4,70% |
| 5 | 4 | Hyundai | 4.864.222 | -0,50% |
| 6 | 6 | Honda | 4.774.696 | 6,60% |
| 7 | 7 | Chevrolet | 4.168.961 | -4,40% |
| 8 | 8 | Kia | 3.314.716 | 4,40% |
| 9 | 9 | Renault | 2.412.720 | 13,80% |
| 10 | 10 | Mercedes | 2.327.799 | 10,50% |

New Holland testa trator a biometano no Brasil

24/01/2017 – Automotive Business

A New Holland está testando um protótipo de trator movido a biometano, combustível gerado a partir da decomposição de resíduos orgânicos, 100% renovável e com características químicas semelhantes ao GNV (gás natural veicular).

O modelo T6.140, que está sendo avaliado em uma propriedade rural no município de Santa Helena (PR), é o mesmo que foi testado em uma fazenda no norte da Itália, onde a empresa verificou 40% de economia de combustível em comparação com um trator a diesel e emite 80% menos CO2 do que quando abastecido com combustível fóssil.

A iniciativa parte da regulamentação da ANP (Agência Nacional do Petróleo e Gás

Natural e Biocombustíveis) para o uso de biometano em veículos no Brasil, divulgada em fevereiro de 2015, medida que era aguardada desde 2011, ano em que foram iniciados testes com veículos movidos a biometano no País.

Com o trator movido a biometano, a expectativa é de que o agronegócio brasileiro conquiste maior competitividade no mercado, e com a autossuficiência em combustível, é possível ocorrer o barateamento do custo de produção.

“Com o teste em uma área brasileira, podemos confirmar a autonomia de pelo menos cinco horas da máquina nas condições que os produtores rurais do país trabalham. Também poderemos observar a economia no consumo de combustível”, conta o gerente de marketing de produto, Nilson Righi, coordenador do teste.

O trator possui capacidade para armazenar 300 litros de metano comprimido e conta com uma estrutura de produção do biometano próximo ao local de teste, localizado entre os municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel, que já possui parceria técnica com a usina Itaipu Binacional em um projeto piloto de produção de combustível.

Segundo o proprietário da fazenda onde são feitos os testes, André Haacke, se forem bem-sucedidos, deve haver economia de custos. Com cerca de 40 hectares, o local produz milho e aveia para o gado confinado e cria aves para a produção de ovos.

Ociosidade bate recorde nas autopeças

24/01/2017 – Automotive Business



Os fabricantes de autopeças atingiram 54,2% de capacidade ociosa, o mais alto índice desde 2010, quando o atual critério de medição foi adotado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

O recorde foi batido em novembro do ano passado. No acumulado dos 11 meses, a capacidade ociosa cresceu 12,7 pontos percentuais sobre o mesmo período de 2015. E o emprego nacional do setor registra 13,9% de retração.

No acumulado até novembro o Sindipeças acusou queda de 2,2% no faturamento líquido do setor no confronto com o mesmo período de 2015. A entidade ressalta que a queda no faturamento em base interanual exhibe melhora a cada mês, embora o resultado total permaneça negativo.

As vendas para o mercado de reposição cresceram 2,2% ante os mesmos 11 meses de 2015 e continuam ajudando a amenizar a queda nos repasses às montadoras, que acumulam retração de 3,6%.

As exportações recuaram 12,3%. Os negócios intrassetoriais tiveram alta expressiva de 23,2%, mas estes têm uma pequena parcela (cerca de 4%) no faturamento total do setor.

Montadoras projetam carros que podem ser usados na hora de fazer pagamentos

24/01/2017 – GS Notícias



Se pagar com dinheiro físico é coisa do passado, as carteiras digitais prometem ser o futuro, quando até o seu carro poderá ser usado para pagar, por exemplo, o combustível. Os pagamentos a bordo, há tempos apenas um devaneio dos setores de pesquisa, agora estão prontos para chegar ao mundo real.

Na feira de tecnologia CES no início do mês, a Honda exibiu um protótipo que permite pagar o estacionamento ou o combustível sem usar cartão de crédito. General Motors e Kia poderão oferecer um recurso similar ainda este ano. E, em dezembro, a Volkswagen comprou a PayByPhone, uma provedora de pagamentos móveis de parquímetros.

Inicialmente, essa tecnologia será limitada a itens como pedágios e drive-thrus de redes de fast food. Com o avanço dos carros autônomos, as montadoras preveem que os veículos farão as vezes de hubs de comércio eletrônico, nos quais será possível comprar roupas e alimentos para pegá-los, depois, na calçada, a caminho de casa.

'É CONVENIÊNCIA, COMO O UBER'

- As fabricantes de veículos estão em diferentes estágios de preparação, mas todas vêm trabalhando nisso - disse Jim McCarthy, chefe global de inovação e parcerias estratégicas da Visa, que se une à Mastercard na corrida para disponibilizar recursos de pagamentos para as fabricantes de veículos. - Isto é conveniência, é como o Uber.

As montadoras estimam que as carteiras digitais se popularizarão quando o número de automóveis conectados - com tecnologia de satélite, celular, Wi-Fi ou Bluetooth - se expandir. Este ano, o número de carros com conectividade de celular chegará a 65,7 milhões, contra 40,4 milhões em 2016, segundo a empresa de pesquisa Gartner.

A infraestrutura de parquímetros, bombas de combustíveis e restaurantes pode demorar um tempo para se adaptar. Os parquímetros devem estar entre os primeiros a aceitar pagamentos on-line, mas, normalmente, a atualização dos postos de combustíveis é mais cara e mais lenta.

O maior obstáculo será convencer os consumidores a adotarem a tecnologia, considerando que os aplicativos de pagamentos pelo telefone já têm a liderança, disse Chetan Sharma, analista independente de conexões sem fio.

Novo nível de juro deve reduzir custo de endividamento

24/01/2017 – Portal Contábil

O ano mal começou, mas profissionais da área de reestruturação de empresas avaliam que o novo ritmo de corte da taxa Selic e a perspectiva de que encerre o ano em um dígito trarão alívio para um volume de dívida corporativa que chegou ao teto no ano passado – e finalmente pode começar a cair.

Para os bancos, o tema é espinhoso. Em entrevista ao Valor, Roberto Setubal, presidente do Itaú Unibanco, disse que vê melhora no ambiente de negócios, com melhoria geral da inadimplência. Ele não descartou que "alguma renegociação nova pode acontecer sempre que a empresa mostre que tem viabilidade". E disse ser "importante que, no reescalonamento da dívida, exista perspectiva de amortização".

Para especialistas, o quadro de desânimo aos poucos começa a ser superado, após um fim de ano complicado para o processo de desalavancagem das empresas ao unir, dentre outros fatores, a decepção com a lentidão na queda do juro nas duas últimas reuniões do Copom de 2016 e o comportamento mais volátil do dólar no pós-eleição de Donald Trump.

"A queda dos juros altera o cenário para 2017", diz Marcelo Gomes, diretor-executivo da consultoria Alvarez & Marsal.

Segundo ele, havia uma perspectiva de que o esperado alívio no caixa das empresas poderia não vir, levando a uma segunda rodada de negociações entre companhias e bancos. Essa percepção perde um pouco de força, diz, mas depende da confirmação de um juro realmente mais baixo até o fim do ano.

Levantamento feito pela A&M, especializada em reestruturação de dívida, indica que o volume renegociado chegou a R\$ 310 bilhões em 2016, o que é considerado um pico.

Os pedidos de recuperação judicial alcançaram R\$ 190 bilhões, inflados por casos grandes, como Oi e Sete Brasil, que juntas têm cerca de R\$ 100 bilhões em dívida. "O risco de que isso se repita também é menor", diz Gomes.

"A retomada da economia talvez demore um pouco mais para ocorrer, mas o efeito de um corte mais pronunciado dos juros é imediato e vai afetar todo mundo, de A a Z", diz Flávia Krauspenhar, sócia da área de consultoria e finanças estruturadas da Capitânia, uma das maiores gestoras de crédito privado, com carteira de R\$ 2 bilhões.

"São poucas as empresas que hoje têm dívida prefixada", diz ela. Ou seja, a maior parte das dívidas é pós-fixada (atrelada ao CDI) e, portanto, tende a se reduzir com a queda dos juros.

Segundo Flávia, algumas empresas estavam pagando juros de quase 2% ao mês, algo que considera "elevadíssimo".

"Que empresa consegue ter retorno suficiente para pagar isso? São poucas." Para a especialista, o barateamento da dívida está sendo esperado pelo menos há seis meses e os sinais da autoridade monetária injetam ânimo ao segmento corporativo.

Os riscos a esse quadro de melhora, no entanto, existem. Eles vêm não só do temor de que as previsões de juros bem mais baixos não se confirmem, mas do cenário político e dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, incertos especialmente após a morte, na quinta-feira, do ministro Teori Zavascki, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Gomes, da Alvarez & Marsal, não exclui a possibilidade de a delação premiada da Odebrecht abalar outros grupos que não estavam no radar – ou até mesmo a própria Odebrecht.

Thomaz Sant'Ana, advogado da área de reestruturação e recuperação de empresas do escritório Barbosa, Müssnich, Aragão, avalia que 2017 deve apresentar alguma melhora em relação ao ano passado, embora a turbulência política também o preocupe.

Segundo Sant'Ana, a maior parte dos clientes que procuraram o escritório no ano passado eram da indústria e isso deve continuar ocorrendo. Flávia, da Capitânia, também vê uma indústria com dificuldades de se reerguer.

Já Gomes diz que o comércio varejista traz maior preocupação, porque conseguiu renegociar dívidas, mas não está gerando caixa, pois as pessoas continuam sem comprar.

Além de todo o segmento de construção – pesada e civil – vinculado à Lava-jato. “Podemos ter um ou outro caso de recuperação judicial grande nestes segmentos.”

Seja qual for o cenário, as novas áreas de reestruturação dos bancos – redesenhadas de modo independente do departamento comercial ou reforçadas ao longo do ano passado – continuarão a ter muito trabalho.

O BB, por exemplo, era credor em 600 recuperações judiciais no fim de 2016 e tinha, nos últimos dois meses do ano, cerca de 45 assembleias de credores para organizar, segundo fonte a par do assunto. O volume de processos teria sobrecarregado a área e elevado custos. Procurado, o BB não se pronunciou.

O Itaú criou uma diretoria exclusivamente voltada à reestruturação de dívida corporativa no primeiro trimestre de 2016. Caixa, BB e Santander teriam estruturas semelhantes, e o Bradesco estaria ajustando essa área. Procurados, os bancos não comentaram.

Eduardo Armonia, diretor responsável pela nova área de reestruturação e recuperação de crédito do atacado do Itaú, diz que, em processo de amadurecimento, a área está fechando mais acordos e recebendo mais dinheiro, com maior controle da situação.

Segundo ele, o banco se esforça para não empurrar “sujeira para debaixo do tapete” e ter que lidar com o problema daqui a um ano. “É tornar o cliente viável para o futuro.”

Evasão fiscal de empresas brasileiras chega a 27% do total arrecadado

24/01/2017 – Portal Contábil

De acordo com o informe anual da ONU, a evasão fiscal das empresas brasileiras chega a 27% do total que o setor privado deveria pagar em impostos no país.

Além disso, o documento estima que, ao todo, a América Latina deixou de arrecadar US\$ 350 bilhões.

Capacidade de arrecadação

Segundo diz a entidade, os países latino-americanos precisam melhorar suas capacidades de arrecadação para que, com essa verba, possam investir em melhorias sociais e financiar serviços públicos.

Entretanto, essas nações ainda estão longe de angariar o que poderiam, conforme afirma a ONU. Países da América Latina em média coletam apenas 50% da receita que seus sistemas tributários deveriam teoricamente gerar. No Imposto de Renda pessoal, a evasão varia de 33% no Peru a 70% na Guatemala, exemplifica.

A evasão dos impostos sobre empresas também varia entre 27% no Brasil para mais de 50% na Costa Rica ou Equador, segue a entidade.

Para ser ter noção do volume desperdiçado, apenas com essas duas taxas, a América Latina poderia garantir uma receita de US\$ 220 bilhões, 4% do PIB regional.

Programa de Desenvolvimento Associativo lança editais para federações montarem Plano de Ação de 2017

24/01/2017 – CNI

Conteúdos atendem às demandas de micro e pequenas indústrias e sindicatos empresariais em todo país



O Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), abre nesta segunda-feira (23) o prazo para que federações de indústrias solicitem as ações que desejam oferecer em 2017 para empresários e sindicatos patronais em seus estados.

A chamada do projeto Associa Indústria, fruto de parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), inclui cursos para orientar empresários sobre leis trabalhistas, fiscalização do trabalho, normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho, eSocial e regimes tributários.

Cada federação poderá solicitar a realização de até 12 turmas, voltadas a gestores de micro e pequenas indústrias. Além dos cursos, o Plano de Trabalho pode incluir também a participação de presidentes de sindicatos empresariais nas 15 reuniões do Intercâmbio de Lideranças Setoriais programadas, gerando troca de informações e experiências de interesse setorial.

O fortalecimento dos sindicatos empresariais, foco do Edital Avança Sindicato, também traz novidades. Das quatro oficinas oferecidas, três são novas: "Projetos para Captação de Recursos", "Atendimento às Indústrias na Prática" e "Aprimorando a Prática em Negociação Coletiva".

Cada federação poderá solicitar até duas oficinas para realização durante o ano. O Bate-papo Sindical, ação que promove a discussão de boas práticas sindicais, passa a contar com mais um tema: comunicação e relacionamento.

Outra inovação é do Avança Sindicato é o desenvolvimento do aplicativo da Rede Sindical da Indústria, que facilitará ainda mais a interação e o alinhamento entre sindicatos, federações e a CNI. O Avança também segue oferecendo apoio à implantação de sites e boletins eletrônicos, assim como à realização de planejamentos estratégicos dos sindicatos e do Encontro com Contadores.

Além das diversas ações dos projetos Associa Indústria e Avança Sindicato, o PDA também abriu prazo para as federações apresentarem propostas para de projetos inovadores para promoção do associativismo. Cada federação pode propor até dois projetos. As propostas serão analisadas tecnicamente e as que forem selecionadas contarão com apoio técnico e financeiro da CNI.

PRAZOS - As federações têm entre 23 de janeiro e 7 de fevereiro para apresentarem as propostas de Plano de Trabalho para os projetos Associa Indústria e Avança

Sindicato. Já o período para formulação e inscrição de projetos inovadores é um pouco maior, encerrando-se em 17 de fevereiro. Os resultados das três frentes serão apresentados entre até o 3 de março.

PROJETO ASSOCIA INDÚSTRIA

312 turmas dos cursos:

Como evitar problemas trabalhistas?

Como atender a fiscalização do trabalho?

Como lidar com as NRs que mais impactam a indústria?

Como fazer gestão de SST na era do eSocial?

15 Intercâmbios de Lideranças Setoriais

Setores:

Alimentação

Base Florestal

Bebidas

Calçados

Cerâmica

Construção Civil

Gráfico

Laticínios

Metalmecânico

Panificação

Plástico

Químico e farmacêutico

Reparação

Têxtil

Vestuário

PROJETO AVANÇA SINDICATO

156 ações:

52 Oficinas

Atuação Articulada

Novo SIGA

Praticando a Negociação Coletiva - Básico

Praticando a Negociação Coletiva - Avançado

26 Bate-papos Sindicais

Defesa de Interesses

Negociação Coletiva

Gestão Sindical

Prestação de serviços

Comunicação e Relacionamento

52 planejamentos estratégicos

26 eventos "Encontro com Contadores"

Ministro do Trabalho cria grupo de estudo sobre modernização da legislação trabalhista

24/01/2017 – MTE

"Se deixar o trabalhador na sua singularidade para negociar, ele fica frágil. A bandeira que eu defendo é o fortalecimento do movimento sindical", afirmou Ronaldo Nogueira



Em reunião com as centrais sindicais nesta sexta-feira (20) em São Paulo, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, propôs a criação de um grupo de trabalho para avaliar sugestões das entidades ao projeto de modernização da legislação trabalhista. Ronaldo Nogueira pediu que cada central indique dois nomes para discutir os pontos do projeto com os técnicos do ministério.

A ideia é que até o final de fevereiro essa comissão tenha esclarecido dúvidas e possa fazer sugestões ao texto do projeto apresentado no final do ano em solenidade no Palácio do Planalto e encaminhada ao Congresso Nacional. A reunião ocorreu na sede do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, conhecido como Juruna, pediu que o projeto também contemple as federações e confederações como entidades de negociação envolvendo questões relacionadas aos trabalhadores. Ele elogiou a iniciativa do ministro de buscar o diálogo com o meio sindical. "Agradecemos o seu empenho em buscar o diálogo", afirmou.

O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos, também elogiou a iniciativa do ministro e defendeu a discussão mais aprofundada do texto. Já o secretário nacional de Finanças da Central Única dos Trabalhadores, Quintino Severo, defendeu que as centrais tenham mais tempo de discutir a proposta. Segundo ele, a criação de novas vagas de emprego depende da retomada do crescimento econômico.

O ministro reafirmou seu compromisso em manter o diálogo com as centrais, fortalecer a representação sindical e garantir direitos dos trabalhadores. "Se deixar o trabalhador na sua singularidade para negociar, ele fica frágil. A bandeira que eu defendo é o fortalecimento do movimento sindical", disse.

Ronaldo Nogueira afirmou que o governo está empenhado em fazer as reformas de que o país precisa. "O presidente Michel Temer nos orientou a ouvir os trabalhadores, colher opinião e debater para construir um texto de consenso.

O importante é que existe essa disposição de sentar à mesa para dialogar e chegar a um ponto comum", declarou. O ministro disse que pretende visitar todos os 513 deputados e todas as centrais sindicais para defender o projeto de modernização da legislação trabalhista.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, defendeu uma discussão unificada das centrais com o ministério, para que a proposta de modernização da legislação trabalhista atenda os interesses de trabalhadores e de empresários, pelo bem do país.

Estavam presentes na reunião no Dieese representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Conlutas, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGBT),

Força Sindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), além de técnicos do Dieese.

Pelo Ministério do Trabalho participaram o ministro Ronaldo Nogueira, o chefe de gabinete adjunto, Pablo Tatim, o secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda, e o auditor do Trabalho Admilson Moreira.